



Gestão participativa dos recursos hídricos: o papel dos comitês de bacias

A GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS: O PAPEL DOS COMITÊS DE BACIAS

Ubirajara Patrício Álvares da Silva
Engenheiro Agrônomo - UFRPE

Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente - UFC
Gerente de Gestão Participativa – COGERH - CE

João Pessoa – PB
2012



REFLEXÕES CONCEITUAIS

- Tragédia dos Comuns (Hardin, 1968)**
- Visão Estatal X Visão do Mercado**
- Alternativa: A Gestão Compartilhada**

“o sistema de gestão dos recursos hídricos transcende o papel de mero instrumento gerencial na medida que gera e mantém relações políticas, com base em processos científicos de tomada de decisão, mas também, exige, para o seu funcionamento, a construção do consenso e de decisão sustentada pela confiança entre os atores”

Descentralização da gestão dos recursos hídricos
em bacias nacionais no Brasil (Rega)

Dilma Seli Pena Pereira e Rosa Maria Formiga Johnsson

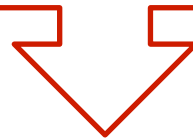


FUNDAMENTAÇÃO DA GESTÃO COMPARTILHADA

Elinor Ostrom – Prêmio Nobel de Economia (equivalente) – 2009
(Neo-institucionalismo)

Propõe uma abordagem interdisciplinar, capaz não apenas de fornecer referenciais teóricos analíticos, mas o desvelamento de variáveis estruturais para o entendimento dos processos relacionados ao uso, melhoramento e formas de gestão dos recursos naturais.

TESE – Os recursos de uso comum serão mais conservados quanto mais passíveis estiverem de uma gestão compartilhada.



SITUAÇÃO DE AÇÃO - espaço social onde indivíduos interagem, conflituam, trocam bens e serviços, engajam-se na apropriação e provisão de atividades, resolvem problemas.



O CONCEITO DE PARTICIPAÇÃO

- **Evolução da participação no Brasil (CF 1988);**
- **Divergências e Utilização do conceito de participação;**
- **Participação simbólica x Real (Bordenave);**

“A participação é entendida como processo de tomar parte nas decisões e de responsabilizar-se por elas. A efetiva participação eleva o ator social à condição de sujeito histórico de mudanças e a comunidade organizada à protagonista pró-ativa do processo de gestão social.”

Tânia Zapata



MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Mobilizar é colocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob a interpretação e um sentido também compartilhado (Mov. Cid. Água)

Não se trata apenas de animar a comunidade, organizar reuniões e conscientizar ou sensibilizar as pessoas sobre a importância da água.

O objetivo central das ações de mobilização e articulação é garantir a participação social na concepção, planejamento e execução das políticas públicas do setor de recursos hídricos. (Mov. Cid. Água)



A EXPERIÊNCIA DOS CBHS NO CEARÁ

- 1994 – I Seminário dos Usuários das Águas dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú (1º alocação negociada)- Comissão;**
- 1995 – Metodologia para Apoio a Organização dos Usuários de Água;**
- 1997 – Instalação do 1º Comitê de Bacia do Ceará (Curu);**
- 1997 – Instalação das Gerências (1º Limoeiro; 2º Curu);**
- 2001 – Decreto 26.462, que regulamenta os artigos da Lei 11.996, no tocante aos Comitês de Bacias Hidrográficas;**
- 2003 – Resolução CONERH, que estabelece critérios de participação no processo eletivo para composição de Comitês;**
- 2007 – Aprovação dos cenários de alocação dos açudes pelos CBH;**
- 2008 – Criação das Comissões Gestoras/CBH - 42**
- 2010 - Promulgação da LEI No 14.844, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2010**



A EXPERIÊNCIA DOS CBHS NO CEARÁ

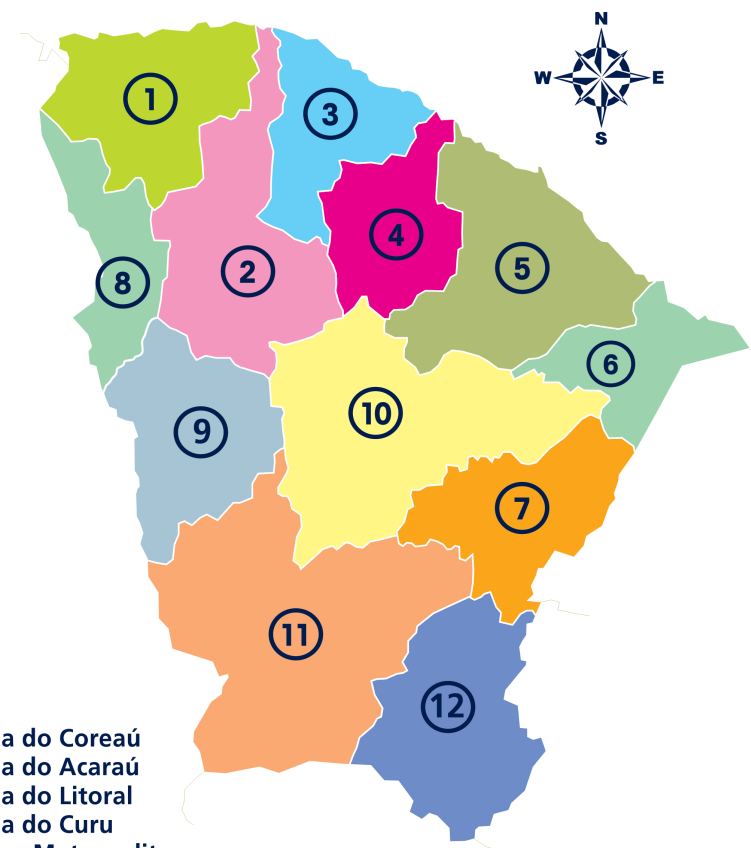
ASPECTOS METODOLÓGICOS

- **Amplo processo de mobilização na bacia (encontros municipais)**
- **Respeito às formas de organização existentes;**
- **Diagnóstico institucional/organizacional na área;**
- **Diálogo +subsídio técnico + aparato normativo = negociação;**
- **Reconhecer a importância do conhecimento e cultura local;**
- **Definição conjunta de regras/normas de operação e conservação;**
- **Transparência;**
- **Capacitação Contínua.**



A EXPERIÊNCIA DOS CBHS NO CEARÁ

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS				
ITEM	BACIA	ANO DE INSTALAÇÃO	Nº DE MEMBROS	MUNICIPIOS QUE COMPÕE A BACIA
1	CURU	1997	50	15
2	BAIXO JAGUARIBE	1999	46	9
3	MÉDIO JAGUARIBE	1999	30	13
4	BANABUIÚ	2002	48	12
5	ALTO JAGUARIBE	2002	40	24
6	SALGADO	2002	50	23
7	METROPOLITANAS	2003	60	31
8	ACARAÚ	2004	40	27
9	LITORAL	2006	40	11
10	COREAU	2006	30	21
11	SERRA DA IBIAPABA	2011	30	10
12	SERTÕES DE CRATEÚS	2011	30	9



Composição dos CBH no Ceará

- Usuários (30%);
- Sociedade Civil (30%);
- Poder Público Municipal (20%);
- Poder Público Estadual/Federal (20%).

- 1) Bacia do Coreau
- 2) Bacia do Acaraú
- 3) Bacia do Litoral
- 4) Bacia do Curu
- 5) Bacias Metropolitanas
- 6) Sub-Bacia do Baixo Jaguaribe
- 7) Sub-Bacia do Médio Jaguaribe
- 8) Bacia dos Serra da Ibiapaba
- 9) Bacia da Sertões de Crateús
- 10) Sub-Bacia do Banabuiú
- 11) Sub-Bacia do Alto Jaguaribe
- 12) Sub-Bacia do Salgado



REFLEXÕES SOBRE O QUE É CBHS?

- **Esta inserido no contexto das “novas institucionalidades”;**
- **É o espaço para discutir, formular e intervir nas políticas de recursos hídricos para a bacia;**
- **É um organismo de Estado (apoio ao funcionamento);**
- **Não é um ente Executivo;**
- **Visão de super-organismo X Visão de Pessimismo;**
- **Processo em construção (avanços e recuos);**
- **Desafio do Sistema – a Articulação Intersectorial - os problemas enfrentados vão além do sistema de recursos hídricos.**



REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DOS CBHS

- **A capacitação contínua dos membros dos comitês de bacia, visando minimizar as assimetrias de conhecimento entre o participantes, para o processo decisório.**
- **O CBH tem um papel fundamental de criar ou desenvolver uma identidade social acerca dos limites da bacia hidrográfica, ou seja, a construção simbólica da bacia.**
- **A existência de capital social acumulado, de práticas associativas, de um histórico de mobilização e ação coletiva na bacia, podem colaborar muito com o processo de formação dos comitês.**
- **Necessidade de desenvolver ações planejadas de divulgação e comunicação para a sociedade, permitindo uma maior visibilidade das ações e atribuições do CBH.**
- **A definição da Bacia Hidrográfica como área de atribuição do CBH, estabelece uma abordagem territorial diferenciada (O conceito de Território está diretamente relacionado as relações de poder – Manoel Correia de Andrade)**



Gestão participativa dos recursos hídricos: o papel dos comitês de bacias

Os CBHs desempenham um papel estratégico na política nacional de recursos hídricos. Por um lado, sintetizam os princípios da lei: são os órgãos que materializam a descentralização da gestão, contam com a participação dos três setores da sociedade e têm a bacia hidrográfica como unidade de gestão. Assim, o êxito de seu funcionamento em certa medida significa o êxito da própria política das águas.

DESAFIOS E POTENCIALIDADES DOS COMITÊS DE BACIAS
HIDROGRÁFICAS. Maria Lúcia de Macedo Cardos



Gestão participativa dos recursos hídricos: o papel dos comitês de bacias

“Os canais institucionais de representação popular devem demonstrar eficiência no alcance de suas proposições, o que passa pela valorização destas instâncias como legítimas na mediação de conflitos. Para tanto, além da composição paritária, canais de participação institucionais (conselhos, comitês, etc) devem apresentar não só o poder consultivo, mas principalmente deliberativo e até mesmo normativo, sob pena de, não os tendo, verem esvaziados todos os esforços despendidos no processo de participação, desmotivando-o a ponto de eliminar qualquer mobilização conseguida.”

Martins, A.C.B – 1992 – Participação Popular; especificidades e transformação na década de 80



Gestão participativa dos recursos hídricos: o papel dos comitês de bacias

“... o problema da água é, sobretudo, um problema de democracia e de solidariedade. Se as sociedades humanas, a partir das comunidades, da base para cima, não forem orientadas por uma cultura e práticas democráticas, baseadas na solidariedade, a própria água passará a ser uma fonte de desigualdade e injustiça social.”

Ricardo Petrella (2002, p. 149).



Gestão participativa dos recursos hídricos: o papel dos comitês de bacias

OBRIGADO!

ubirajara.silva@cogerh.com.br